

faí fei
Distribuido



PROJETO DE LEI Nº 05/20__ () EXEC. (x) LEGI.

PAUTADO / DISTRIBUIDO

DATA: 20 / 02 / 2024

(x) C.CONSTITUIÇÃO E JUSTICA

() APROVADO

() REJEITADO

(x) C. FINANÇAS E ORÇAMENTOS

() APROVADO

() REJEITADO

() C. OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS

() APROVADO

() REJEITADO

(x) C. EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

() APROVADO

() REJEITADO

VOTAÇÃO

(x) 1º TURNO 05 / 06 / 2024

(x) APROVADO

() REJEITADO

() 2º TURNO 05 / 06 / 2024

(x) APROVADO

() REJEITADO

() 3º TURNO __ / __ / 2024

() APROVADO

() REJEITADO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº. 005/2024

“Obriga os estabelecimentos públicos e privados a colocarem nas placas de aviso de atendimento prioritário o símbolo Mundial de Transtorno do Espectro Autista - TEA e o símbolo de Doador de Sangue, e dá outras providências.”

VALDIVAN ALVES DA SILVA, Vereador, no uso das atribuições previstas no artigo 114, do Regimento Interno, vem apresentar o presente projeto de lei Ordinário, nos termos que segue:

LEI:

Art. 1º - Os estabelecimentos públicos e privados do Município de Divinópolis do Tocantins – TO, ficam obrigados a incluir nas placas e avisos sinalizadores de atendimento prioritário o símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista - TEA e o símbolo de doador de sangue, conforme ANEXO I desta Lei.

§1º. Entende-se por estabelecimentos privados os supermercados, bancos, cinemas, teatros, farmácias, bares, restaurantes, lojas em geral e similares.

§2º. Entende-se por estabelecimentos públicos além das repartições e entes estatais os cartórios, correios, lotéricas e congêneres.

§3º. A preferência e a prioridade a que se referem esta Lei compreendem a não sujeição a filas comuns, além de outras medidas que tornem ágil e fácil o atendimento e a prestação de serviços, inclusive em locais que vendam alimentos e bebidas, bem como a utilização de vagas preferenciais de estacionamento referente aos portadores de deficiência para o caso de autistas.

Art. 2º - Para obtenção do atendimento prioritário, deverá ser apresentado atestado médico simples da condição de autista e para o doador de sangue pelo menos 03 (três) doações nos últimos 03 (Três) anos.

Parágrafo único - No caso do autista, a preferência no atendimento se estenderá também à pessoa acompanhante.

Art. 3º - Os infratores desta Lei estarão sujeitos às seguintes penalidades, além da obrigação de cessar a transgressão:

I - advertência;

Aprovado em
08/06/2024
Divinópolis
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

II - multa.

III - suspensão do Alvará de Licenciamento até o cumprimento desta Lei.

Parágrafo único - O valor da multa será de 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 4º - A multa será aplicada quando o infrator não sanar a irregularidade após a aplicação da advertência.

Art. 5º - A suspensão da licença será aplicada quando o infrator não sanar a irregularidade após a aplicação da multa.


Art. 6º - Fica determinado o prazo de 90 (noventa) dias para adequação dos estabelecimentos já existentes e ficam os novos estabelecimentos obrigados a realizar a imediata implementação da obrigação instituída por esta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

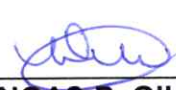
Divinópolis do Tocantins, 19 de fevereiro de 2024.



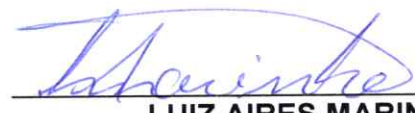
VALDIVAN ALVES DA SILVA
Vereador




OZIAS TELES DOS SANTOS
Vereador Presidente



DOMINGAS P. GIL DE SOUSA
Vereadora



LUIZ AIRES MARINHO
Vereador



IGOR CARVALHO DOS SANTOS
Vereador

Ozias Teles dos Santos
Vereador
Presidente


Aprovado em 19/02/2024



**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

LAURA DINALMY V. DE ABREU
Vereadora

VIVIANE M. DE ABREU CUSTÓDIO
Vereadora

CARLOS ANDRE M. OLIVEIRA
Vereador

RIVALDO BARBOSA DE SOUZA
Vereador

Ozias Teles dos Santos
Vereador
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS
O futuro do município passa por aqui

ANEXO I

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO



AUTISTA



OBESO



IDOSO +60



GESTANTE



DEFICIENTE FÍSICO



IDOSO +80




LACTANTE



MOBILIDADE
REDUZIDA



DOADOR DE
SANGUE

Aprovado em

Ozias Teles dos Santos
Vereador
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

JUSTIFICATIVA

O presente projeto se faz necessário devido às peculiaridades deste transtorno global do desenvolvimento, o qual é caracterizado pela dificuldade em comunicação, interação social e comportamento, além disso, busca conscientizar a população acerca da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, instituída pela Lei Federal nº 12.764/2012, que em seu Art. 1º, parágrafo 2º, estabelece que os portadores do referido transtorno são considerados pessoas com deficiência para todos os efeitos legais.

Em paralelo, a Lei nº 10.048/2000 dispõe que pessoas com deficiência tem direito a prioridade no atendimento, o que significa ter um tratamento diferenciado e imediato em relação as demais pessoas.

Logo, se a Lei nº 12.764/2012 considera a pessoa com transtorno do espectro autista como deficiente para todos os efeitos legais, e a Lei nº 10.048/2000 garante atendimento prioritário as pessoas com deficiência, logo temos que toda pessoa com transtorno de espectro autista tem direito a atendimento prioritário.

Ocorre que, infelizmente nem todas as pessoas tem conhecimento da legislação e ainda as placas informativas de atendimento preferenciais não constam a informação que as pessoas com referido transtorno têm direito a atendimento prioritário.

Assim, o presente Projeto de Lei visa garantir com maior clareza o atendimento prioritário as pessoas com transtorno do espectro autista e ainda compelir os estabelecimentos a informar nas placas que sinalizam esse tipo de atendimento o símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista - TEA, como forma de publicizar o direito de prioridade dos Autistas.

Como mencionado acima a legislação brasileira já reconhece o direito ao atendimento prioritário para pessoas com deficiência, idosos (com mais de 60 anos), gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos. Assim, objetivo deste projeto de lei é fixar placas de aviso do dever de cumprimento desta determinação legal nas unidades de estabelecimentos públicos e privados de atendimento do município de Divinópolis do Tocantins.

Pelo exposto considerando a relevância da matéria, peço acolhida favorável aos meus pares, solicito a votação à aprovação, conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins – TO.

Aprovado em
Ozias Teles dos Santos
Vereador
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

PARECER LEGISLATIVO Nº 017/2024, DE 04 DE JUNHO DE 2024
**COMISSÕES: Constituição e Justiça e Finança e Orçamento e Educação,
Saúde e Assistência Social**
Projeto de Lei do Legislativo nº 005/2024, 19 de Fevereiro de 2024.
INTERESSADO: PODER LEGISLATIVO

ASSUNTO: “Parecer acerca da obrigatoriedade dos estabelecimentos públicos e privados a colocarem nas placas de aviso de atendimento prioritário o símbolo Mundial de Transtorno do Espectro Autista - TEA e o símbolo de Doador de Sangue, e dá outras providências.”

RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo, que está sendo submetido à análise da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins, visando cumprir o devido processo legislativo.

O Projeto em análise estabelece que:

Art. 1º - Os estabelecimentos públicos e privados do Município de Divinópolis do Tocantins – TO, ficam obrigados a incluir nas placas e avisos sinalizadores de atendimento prioritário o símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista - TEA e o símbolo de doador de sangue, conforme ANEXO I desta Lei.

§1º. Entende-se por estabelecimentos privados os supermercados, bancos, cinemas, teatros, farmácias, bares, restaurantes, lojas em geral e similares.

§2º. Entende-se por estabelecimentos públicos além das repartições e entes estatais os cartórios, correios, lotéricas e congêneres.

§3º. A preferência e a prioridade a que se referem esta Lei compreendem a não sujeição a filas comuns, além de outras medidas que tornem ágil e fácil o atendimento e a prestação de serviços, inclusive em locais que vendam alimentos e bebidas, bem como a utilização de vagas preferenciais de estacionamento referente aos portadores de deficiência para o caso de autistas.

Art. 2º - Para obtenção do atendimento prioritário, deverá ser apresentado atestado médico simples da condição de autista e para o doador de sangue pelo menos 03 (três) doações nos últimos 03 (Três) anos.

Parágrafo único - No caso do autista, a preferência no atendimento se estenderá também à pessoa acompanhante.

Em apertada síntese é o relatório.

Aprovado em
[Assinatura]
Ozias Teles dos Santos





CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS
O futuro do município passa por aqui

FUNDAMENTAÇÃO:

Quanto à competência, não há qualquer óbice à proposta. Conforme dispõe o artigo 30, I, da Constituição Federal de 1988, "**Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.**"

Inicialmente, para o esboço deslinde da questão, registramos que os Transtornos de Espectro Autista - TEA - configuram uma condição geral para um grupo de desordens complexas do desenvolvimento do cérebro, antes, durante ou logo após o nascimento. Esses distúrbios se caracterizam pela dificuldade na comunicação social e comportamentos repetitivos.

Pois bem, a Lei Federal nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A medida faz com que os autistas passem a ser oficialmente considerados pessoas com deficiência (art. 1º, § 2º), tendo direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas as de educação. A edição do referido diploma legal acabou repercutindo na aplicabilidade integral das disposições da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por derradeiro, ante a relevância do tema e ao desconhecimento das pessoas acerca dos direitos dos autistas, nada impede ao Legislativo instituir diálogo com a sociedade na própria sede da Casa Legislativa, desde que isso não importe na criação de um programa de governo.

Desta feita, não há objeção quanto à constitucionalidade e à legalidade do projeto.

Feitos os apontamentos considerados pertinentes, as Comissões não encontrando nenhum vício de inconstitucionalidade resolveram **emitir parecer favorável**.

VOTO:

As Comissões votam favorável pela aprovação do referido Projeto de Lei, desde que cumprido as observações acima mencionadas.

COMISSÃO: **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Laura Dinalmy V. de Abreu
Presidente

Ozias Teles dos Santos
Vereador





**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

Carlos André M. Oliveira
Relator

Viviane M. de Abreu Custódio
Vogal

COMISSÃO: FINANÇA E ORÇAMENTO

Valdivan Alves Da Silva
Presidente

Rivaldo Barbosa de Souza
Relator

Luiz Aires Marinho
Vogal

COMISSÃO: EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

Rivaldo Barbosa de Souza
Presidente

Luiz Aires Marinho
Relator

Carlos André M. Oliveira
Vogal

Ozias Teles dos Santos
Vereador
Presidente





**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

PARECER LEGISLATIVO Nº 017/2024, DE 04 DE JUNHO DE 2024
**COMISSÕES: Constituição e Justiça e Finança e Orçamento e Educação,
Saúde e Assistência Social**
Projeto de Lei do Legislativo nº 005/2024, 19 de Fevereiro de 2024.
INTERESSADO: PODER LEGISLATIVO

ASSUNTO: "Parecer acerca da obrigatoriedade dos estabelecimentos públicos e privados a colocarem nas placas de aviso de atendimento prioritário o símbolo Mundial de Transtorno do Espectro Autista - TEA e o símbolo de Doador de Sangue, e dá outras providências."

RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo, que está sendo submetido à análise da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins, visando cumprir o devido processo legislativo.

O Projeto em análise estabelece que:

Art. 1º - Os estabelecimentos públicos e privados do Município de Divinópolis do Tocantins – TO, ficam obrigados a incluir nas placas e avisos sinalizadores de atendimento prioritário o símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista - TEA e o símbolo de doador de sangue, conforme ANEXO I desta Lei.

§1º. Entende-se por estabelecimentos privados os supermercados, bancos, cinemas, teatros, farmácias, bares, restaurantes, lojas em geral e similares.

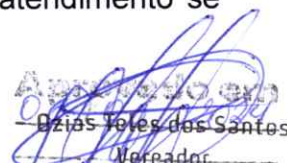
§2º. Entende-se por estabelecimentos públicos além das repartições e entes estatais os cartórios, correios, lotéricas e congêneres.

§3º. A preferência e a prioridade a que se referem esta Lei compreendem a não sujeição a filas comuns, além de outras medidas que tornem ágil e fácil o atendimento e a prestação de serviços, inclusive em locais que vendam alimentos e bebidas, bem como a utilização de vagas preferenciais de estacionamento referente aos portadores de deficiência para o caso de autistas.

Art. 2º - Para obtenção do atendimento prioritário, deverá ser apresentado atestado médico simples da condição de autista e para o doador de sangue pelo menos 03 (três) doações nos últimos 03 (Três) anos.

Parágrafo único - No caso do autista, a preferência no atendimento se estenderá também à pessoa acompanhante.

Em apertada síntese é o relatório.


Oziel Teles dos Santos
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS
O futuro do município passa por aqui

FUNDAMENTAÇÃO:

Quanto à competência, não há qualquer óbice à proposta. Conforme dispõe o artigo 30, I, da Constituição Federal de 1988, "**Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.**"

Inicialmente, para o esboço deslinde da questão, registramos que os Transtornos de Espectro Autista - TEA - configuram uma condição geral para um grupo de desordens complexas do desenvolvimento do cérebro, antes, durante ou logo após o nascimento. Esses distúrbios se caracterizam pela dificuldade na comunicação social e comportamentos repetitivos.

Pois bem, a Lei Federal nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A medida faz com que os autistas passem a ser oficialmente considerados pessoas com deficiência (art. 1º, § 2º), tendo direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas as de educação. A edição do referido diploma legal acabou repercutindo na aplicabilidade integral das disposições da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por derradeiro, ante a relevância do tema e ao desconhecimento das pessoas acerca dos direitos dos autistas, nada impede ao Legislativo instituir diálogo com a sociedade na própria sede da Casa Legislativa, desde que isso não importe na criação de um programa de governo.

Desta feita, não há objeção quanto à constitucionalidade e à legalidade do projeto.

Feitos os apontamentos considerados pertinentes, as Comissões não encontrando nenhum vício de inconstitucionalidade resolveram **emitir parecer favorável**.

VOTO:

As Comissões votam favorável pela aprovação do referido Projeto de Lei, desde que cumprido as observações acima mencionadas.

COMISSÃO: **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Laura Dinalmy V. de Abreu
Presidente

Aprovado em
08/12/2019
Ozias Teles dos Santos
Vereador





**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

Carlos André M. Oliveira
Relator

Viviane M. de Abreu Custódio
Vogal

COMISSÃO: FINANÇA E ORÇAMENTO

Valdivan Alves Da Silva
Presidente

Rivaldo Barbosa de Souza
Relator

Luiz Aires Marinho
Vogal

COMISSÃO: EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

Rivaldo Barbosa de Souza
Presidente

Luiz Aires Marinho
Relator

Carlos André M. Oliveira
Vogal

Ozias Teles dos Santos
Vereador
Presidente

Aprovado em





**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº. 005/2024

“Obriga os estabelecimentos públicos e privados a colocarem nas placas de aviso de atendimento prioritário o símbolo Mundial de Transtorno do Espectro Autista - TEA e o símbolo de Doador de Sangue, e dá outras providências.”

VALDIVAN ALVES DA SILVA, Vereador, no uso das atribuições previstas no artigo 114, do Regimento Interno, vem apresentar o presente projeto de lei Ordinário, nos termos que segue:

LEI:

Art. 1º - Os estabelecimentos públicos e privados do Município de Divinópolis do Tocantins – TO, ficam obrigados a incluir nas placas e avisos sinalizadores de atendimento prioritário o símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista - TEA e o símbolo de doador de sangue, conforme ANEXO I desta Lei.

§1º. Entende-se por estabelecimentos privados os supermercados, bancos, cinemas, teatros, farmácias, bares, restaurantes, lojas em geral e similares.

§2º. Entende-se por estabelecimentos públicos além das repartições e entes estatais os cartórios, correios, lotéricas e congêneres.

§3º. A preferência e a prioridade a que se referem esta Lei compreendem a não sujeição a filas comuns, além de outras medidas que tornem ágil e fácil o atendimento e a prestação de serviços, inclusive em locais que vendam alimentos e bebidas, bem como a utilização de vagas preferenciais de estacionamento referente aos portadores de deficiência para o caso de autistas.

Art. 2º - Para obtenção do atendimento prioritário, deverá ser apresentado atestado médico simples da condição de autista e para o doador de sangue pelo menos 03 (três) doações nos últimos 03 (Três) anos.

Parágrafo único - No caso do autista, a preferência no atendimento se estenderá também à pessoa acompanhante.

Art. 3º - Os infratores desta Lei estarão sujeitos às seguintes penalidades, além da obrigação de cessar a transgressão:

I - advertência;

Uziel dos Santos
Vereador
Presidente
Aprovado em
06/06/2024



**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

II - multa.

III - suspensão do Alvará de Licenciamento até o cumprimento desta Lei.

Parágrafo único - O valor da multa será de 150,00 (cento e cinquenta reais).


Art. 4º - A multa será aplicada quando o infrator não sanar a irregularidade após a aplicação da advertência.

Art. 5º - A suspensão da licença será aplicada quando o infrator não sanar a irregularidade após a aplicação da multa.


Art. 6º - Fica determinado o prazo de 90 (noventa) dias para adequação dos estabelecimentos já existentes e ficam os novos estabelecimentos obrigados a realizar a imediata implementação da obrigação instituída por esta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Divinópolis do Tocantins, 19 de fevereiro de 2024.



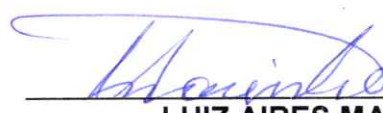
VALDIVAN ALVES DA SILVA
Vereador



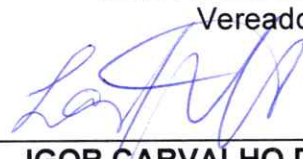
OZIAS TELES DOS SANTOS
Vereador Presidente



DOMINGAS P. GIL DE SOUSA
Vereadora



LUIZ AIRES MARINHO
Vereador



IGOR CARVALHO DOS SANTOS
Vereador

Ozias Teles dos Santos
Vereador
Presidente


08/06/2024



**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

LAURA DINALMY V. DE ABREU
Vereadora

VIVIANE M. DE ABREU CUSTÓDIO
Vereadora

CARLOS ANDRE M. OLIVEIRA
Vereador

RIVALDO BARBOSA DE SOUZA
Vereador

Ozias Teles dos Santos
Vereador
Presidente

Aprovado em





CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS
O futuro do município passa por aqui

ANEXO I

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO



AUTISTA



OBESO



IDOSO +60



GESTANTE



DEFICIENTE FÍSICO



IDOSO +80



LACTANTE



MOBILIDADE
REDUZIDA



DOADOR DE
SANGUE

Ozias Teles dos Santos
Vereador
Presidente

Aprovado em
23/11/2024





**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

JUSTIFICATIVA

O presente projeto se faz necessário devido às peculiaridades deste transtorno global do desenvolvimento, o qual é caracterizado pela dificuldade em comunicação, interação social e comportamento, além disso, busca conscientizar a população acerca da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, instituída pela Lei Federal nº 12.764/2012, que em seu Art. 1º, parágrafo 2º, estabelece que os portadores do referido transtorno são considerados pessoas com deficiência para todos os efeitos legais.

Em paralelo, a Lei nº 10.048/2000 dispõe que pessoas com deficiência tem direito a prioridade no atendimento, o que significa ter um tratamento diferenciado e imediato em relação as demais pessoas.

Logo, se a Lei nº 12.764/2012 considera a pessoa com transtorno do espectro autista como deficiente para todos os efeitos legais, e a Lei nº 10.048/2000 garante atendimento prioritário as pessoas com deficiência, logo temos que toda pessoa com transtorno de espectro autista tem direito a atendimento prioritário.

Ocorre que, infelizmente nem todas as pessoas tem conhecimento da legislação e ainda as placas informativas de atendimento preferenciais não constam a informação que as pessoas com referido transtorno têm direito a atendimento prioritário.

Assim, o presente Projeto de Lei visa garantir com maior clareza o atendimento prioritário as pessoas com transtorno do espectro autista e ainda compelir os estabelecimentos a informar nas placas que sinalizam esse tipo de atendimento o símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista - TEA, como forma de publicizar o direito de prioridade dos Autistas.

Como mencionado acima a legislação brasileira já reconhece o direito ao atendimento prioritário para pessoas com deficiência, idosos (com mais de 60 anos), gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos. Assim, objetivo deste projeto de lei é fixar placas de aviso do dever de cumprimento desta determinação legal nas unidades de estabelecimentos públicos e privados de atendimento do município de Divinópolis do Tocantins.

Pelo exposto considerando a relevância da matéria, peço acolhida favorável aos meus pares, solicito a votação à aprovação, conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins – TO.

Ozias Teles dos Santos
Vereador
Presidente

Aprova em